

# PARA UM MODELO CONCEITUAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

## TOWARDS AN INTERNATIONAL CONCEPTUAL MODEL FOR ARCHIVAL DESCRIPTION

**GRETCHEN GUEGUEN** | Pesquisadora assistente do Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) do Conselho International de Arquivos (CIA).

**VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA** | Membro executivo do GEDA, especialista sênior do Arquivo Nacional (Brasil), e professor do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense.

**DANIEL V. PITTI** | Presidente do GEDA e diretor associado do Institute for Advanced Technologies in the Humanities na University of Virginia.

**CLAIRE SIBILLE-DE GRIMOÛARD** | Membro executivo do GEDA, conservadora, e chefe do Bureau du traitement et de la conservation da Direction générale des Patrimoines, do Service interministériel des Archives de France (SIAF).

### RESUMO

O Conselho International de Arquivos (CIA) designou um Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) no final de 2012. O CIA encarregou esse grupo de desenvolver um modelo conceitual para descrição arquivística que reconcilie e integre as quatro normas de descrição do CIA já existentes. Essa tarefa terá como objetivo central o desenvolvimento de um modelo conceitual que reflita todas as oportunidades apresentadas pelas tecnologias de comunicação atuais e em desenvolvimento, incluindo as possibilidades de trabalho cooperativo dentro e fora da comunidade arquivística.

*Palavras-chave: Conselho International de Arquivos; descrição arquivística – modelo conceitual.*

### ABSTRACT

The International Council on Archives (ICA) appointed the Experts Group on Archival Description in late 2012. ICA charged this group with developing a conceptual model for archival description that will reconcile and integrate the four existing ICA descriptive standards. This work will have as its core objective developing a conceptual model to take full advantage of opportunities presented by current and emerging communication technologies, including the opportunities to work cooperatively within and without the archival community.

*Keywords: International Council on Archives; archival description – conceptual model.*

### RESUMEN

El Consejo Internacional de Archivos (CIA) ha creado un Grupo de Expertos en Descripción Archivística (GEDA) en fines de 2012. CIA ha encargado ese grupo de desarrollar un modelo conceptual para descripción archivística que reconciliase e integrase las cuatro normas de descripción del CIA que ya existen. Esa tarea tendrá como su objetivo central el desarrollo de un modelo conceptual que refleja todas las ventajas de las oportunidades presentadas por las tecnologías de comunicación actuales y nacientes, incluyendo las posibilidades de trabajar cooperativamente dentro y fuera de la comunidad archivística.

*Palabras clave: Consejo Internacional de Archivos; descripción archivística – modelo conceptual.*

## INTRODUÇÃO

Em 2012, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) formou o Experts Group on Archival Description (EGAD) [Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA)], em parte sucessor do Committee on Best Practices and Standards (CBPS). Como ocorrera com seu predecessor, o CIA encarregou o GEDA do desenvolvimento de normas para a descrição de documentos baseadas em princípios arquivísticos. Para o período 2012-2016, o GEDA está especificamente encarregado de desenvolver uma norma de descrição abrangente que reconcilie e integre, com base nelas mesmas, as quatro normas já existentes: Norma geral internacional de descrição arquivística ISAD(G); Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias ISAAR (CPF); Norma internacional para descrição de funções ISDF; e Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico ISDIAH. O CIA determinou ainda que o GEDA desenvolva essa norma usando métodos de “modelagem conceitual”.

A compreensão sobre a descrição arquivística tem continuado a evoluir desde que o CIA formalmente abraçou o desenvolvimento de normas como parte de sua missão, em 1989. De modo a se manter atualizado com essa compreensão em evolução e a contínua transformação das tecnologias de comunicação que fornecem a base para os sistemas de descrição arquivística, o CIA periodicamente revisa suas normas. Das quatro normas, apenas as duas primeiras – ISAD(G) e ISAAR(CPF) – já foram revistas e revisadas, resultando em segundas edições. Tanto a ISDF quanto a ISDIAH foram desenvolvidas recentemente e somente agora estariam sendo consideradas para revisão.

No começo do desenvolvimento do que se tornariam as quatro normas de descrição, o CIA lançou o *Statement of Principles Regarding Archival Description* (Declaração de Princípios em Relação à Descrição Arquivística). Na seção 1.3, são expostos os argumentos para normas de descrição arquivística: assegurar descrições consistentes, relevantes e explícitas; facilitar a recuperação e troca de informações sobre material arquivístico; e tornar possível integrar descrições de diferentes entidades custodiadoras em um sistema de informação unificado. Estes objetivos persistem (International Council on Archives, 1988).

Para realizar esses objetivos, no entanto, as normas precisam ser amplamente adotadas e empregadas pela comunidade arquivística. Infelizmente, das quatro normas, apenas a ISAD(G) tem sido amplamente aceita e usada no desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística. Isto se deve em grande parte ao fato da ISAD(G) refletir a prática descritiva tradicional e ainda predominante de usar uma descrição voltada unicamente para o documento, baseada na proveniência e incluindo todas as variadas facetas da descrição. A emergência de três normas adicionais que enfocam componentes da descrição encontrados na ISAD(G) encoraja o desenvolvimento de sistemas nos quais os componentes de descrições são separados e interrelacionados, de modo a formar uma descrição arquivística completa, como ela tem sido tradicionalmente compreendida, e a permitir a produção de perspectivas novas e potencialmente poderosas que facilitem o uso e o entendimento dos documentos. As normas do CIA, no entanto, não oferecem orientação sobre como as quatro normas podem ser

aplicadas juntas em tais sistemas. Isso dificulta a compreensão das normas, assim como os benefícios econômicos e funcionais do desenvolvimento de sistemas nos quais os principais componentes da descrição sejam mantidos separadamente.

O objetivo do GEDA será desenvolver um modelo conceitual para a descrição arquivística que se voltará para as lacunas das normas do CIA existentes, e oferecerá orientação para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística que respeitem tanto a compreensão tradicional da descrição, quanto pavimentem o caminho para a criação de novas vias e perspectivas originais sobre documentos.

## HISTÓRIA DAS NORMAS DO CIA

Em 1988, o National Archives of Canada, em cooperação com o CIA, organizou um encontro de especialistas em descrição arquivística. Uma das resoluções adotadas nesse encontro foi a de que o CIA estabeleceria um grupo de trabalho “constituído por arquivistas com conhecimento teórico e prático de descrição para desenvolver normas internacionais de descrição de arquivos” (International Council on Archives, 1988, p. 1). O CIA respondeu a essa resolução com a organização de um encontro em Paris no ano seguinte. Isso pôs em movimento atividades que iriam, no decorrer dos próximos vinte anos, levar ao desenvolvimento da Declaração de Princípios Referentes à Descrição Arquivística e das quatro normas descritivas: Norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD(G); Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR(CPF); Norma internacional para descrição de funções – ISDF; e Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico – ISDIAH.

NORMA	EDIÇÃO	DATAS DE DESENVOLVIMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Declaração de Princípios		(1988) 1989-1992	1992
ISAD(G)	1ª	1990-1993	1994
ISAAR (CPF)	1ª	1993-1995	1996
ISAD(G)	2ª	1996-2000	1999
ISAAR (CPF)	2ª	2000-2004	2004
ISDF	1ª	2005-2007	2007
ISDIAH	1ª	2005-2008	2008

As quatro normas foram desenvolvidas em sucessão. ISAD(G) e ISAAR(CPF) foram lançadas, e então revisadas, antes que ISDF e ISDIAH fossem desenvolvidas. Embora os arquivistas pessoalmente envolvidos no desenvolvimento do trabalho tenham mudado desde a primeira norma, a continuidade foi assegurada ao longo do caminho pela considerável sobreposição na composição do grupo de trabalho à medida que o foco passava de uma norma à próxima.

Está claro que os arquivistas que se reuniram em Ottawa, em 1988, não imaginaram a eventual criação de quatro normas. O modelo descritivo dominante no período era o de usar uma única descrição para descrever um fundo arquivístico, começando com a descrição mais geral e, em crescente especificidade, as partes do fundo, as partes das partes, e assim por diante. Todos os atributos dos documentos em um fundo, e o contexto da produção e uso dos documentos, eram combinados em uma descrição, com os diferentes elementos descritivos entrelaçados para formar uma descrição compreensiva e completa. A descrição cobria, assim, os documentos como tais, bem como aquilo que com o tempo viemos a entender como o contexto do documento: o produtor, funções e atividades, e entidade custodiadora. A ISAD(G) incorpora esse entendimento tanto em sua primeira quanto na segunda edição.

Embora a reunião combinada dos elementos de descrição tenha dominado o trabalho de normas do CIA no começo, está claro que desde cedo alguns dos arquivistas envolvidos já estavam começando a ver vantagens em separar determinados componentes da descrição. A própria ISAD(G) sugeria a possibilidade de manter “pontos de acesso” usando os métodos de controle de autoridade, isto é, mantendo-os separados do restante da descrição (International Council on Archives, 1994a). Quanto a isto, é feita menção na ISAD(G) à intenção de desenvolver a norma que seria denominada ISAAR(CPF) e publicada dois anos depois (International Council on Archives, 1994a, p. 3). O grupo de trabalho que desenvolveu a ISAAR(CPF) foi na verdade designado em 1993, antes do lançamento da ISAD(G). Este grupo de trabalho concentrou-se em separar os “pontos de acesso” na descrição arquivística do restante da descrição. Mais especificamente, o grupo concentrou-se nos nomes dos produtores dos documentos: uma vez separados, as descrições dos documentos e as descrições dos nomes podiam ser *mantidas* independentemente e *interrelacionadas* conforme apropriado (International Council on Archives, 1994b, p. 7). Para os usuários, as peças interrelacionadas da descrição poderiam ser unidas para formar uma descrição completa.

A separação do controle de autoridade da descrição do documento foi modelada nos “sistemas de autoridades relacionadas” computacionais, em bibliotecas que surgiram na década de 1980. Estes sistemas foram baseados em arquivos de autoridades usados na manutenção de pontos de acesso nos catálogos de fichas de bibliotecas. Um argumento central usado para o desenvolvimento de uma norma para registro de autoridades arquivísticas foi também utilizado na comunidade de bibliotecas: era mais econômico (International Council on Archives, 1994b, p. 7). Arquivos que custodiam partes ou fragmentos do mesmo fundo podiam compartilhar a informação contextual sobre o produtor. Documentos coloniais, de imigração e de comércio foram citados como instâncias comuns onde trocar as descrições dos produtores poderia ser útil.

Ainda que a inspiração imediata para a separação dos nomes dos outros elementos da descrição estivesse relacionada aos “sistemas de autoridade relacionadas” das bibliotecas, o argumento para a separação tem uma longa história. Charles Jewett (1853, p. 23), o bibliotecário do Smithsonian Institution, em meados do século XIX, imaginou um catálogo universal do conhecimento mundial. A forma predominante de catálogos de biblioteca naquela época era o catálogo-livro, o qual custava caro para ser produzido e já estava desatualizado quan-

do era publicado. Jewett não defendia uma nova forma de catálogo, mas propunha mudar radicalmente a forma na qual os dados de catalogação eram produzidos e mantidos. Seus métodos permitiriam o uso e reuso das descrições para produzir uma ampla variedade de catálogos-livros para bibliotecas específicas e um “catálogo universal” que incluísse todas as bibliotecas.<sup>1</sup> O núcleo do argumento de Jewett para normas e novos métodos era que mantendo separadamente os componentes-chave da descrição, seria possível o uso flexível dos componentes em várias combinações para produzir uma ampla variedade de produtos, cada qual oferecendo uma perspectiva diferente e sustentando uma estratégia particular para localizar e usar os recursos descritos. Indiscutivelmente, essa abordagem continua a motivar a inovação no desenvolvimento da descrição da informação e sistemas de acesso, inclusive sistemas arquivísticos.

Embora o grupo de trabalho do CIA que desenvolveu a ISAAR(CPF) fosse conduzido por métodos e sistemas da biblioteconomia, o argumento pela separação na descrição arquivística já havia sido enunciado há mais de trinta anos. Peter Scott, trabalhando com outros no Australian Commonwealth Archives Office, defendeu o fim do “conceito de fundo”. A motivação básica era de que a descrição monolítica no nível do fundo dificultava (se não tornava impossível) manter a integridade das séries documentais com múltiplas proveniências, que muitas séries tinham em decorrência de frequentes transferências de responsabilidade funcional de um órgão para outro. Separar a descrição dos produtores dos documentos da descrição dos documentos e mudar o foco descritivo para as séries permitia manter a integridade de uma série, *sem* abandonar a proveniência como tal (Scott, 1966). Vários arquivistas norte-americanos retomaram o argumento de Scott alguns anos mais tarde.<sup>2</sup> Ainda que o “sistema de séries” não tenha tido um impacto ostensivo no desenvolvimento das normas do CIA, a contínua separação *de facto* dos componentes da descrição refletiu cada vez mais os métodos descritivos defendidos por Scott.<sup>3</sup>

As normas do CIA parecem ter sido motivadas pelo objetivo mais amplo e duradouro de separar os componentes da descrição, de modo a se ter um método mais econômico e flexível de criar e manter os dados que compõem a descrição. Uma vez separados, os componentes podem ser explorados para se criar um grande variedade de descobertas

---

1 “Os cabeçalhos (caso sejam nomes) devem ser mantidos em fichas distintas dos títulos [descrições dos livros]. Isto é requerido, de modo a evitar-se repeti-los para cada título. Eles devem ser separados dos títulos, já que outros títulos podem, ocasionalmente, ter que ser interpostos.” O argumento de Jewett para a separação incluía mais do que nomes e títulos.

2 Na década de 1980, diversos artigos surgiram apoiando a separação: Richard H. Lytle. Intellectual Access to Archives. *American Archivist*, n. 43 (Winter and Spring 1980); Lytle and David A. Bearman. The Power of the Principle of Provenance. *Archivaria*, n. 21 (Winter 1985-1986); Max J. Evans. Authority Control: An Alternative to the Record Group Concept. *American Archivist*, n. 50 (1986); Bearman e Richard Szary. Beyond Authorized Headings: Authorities as Reference Files in a Multi-disciplinary Setting. In: AUTHORITY CONTROL SYMPOSIUM, 6., 1987, *Occasional Papers of the Art Library Society of North America*, Tucson, Art Library Society of North America.

3 Ainda que o impacto do “sistema de séries” australiano não seja explícito nas normas do CIA, a contínua participação de arquivistas australianos no desenvolvimento delas, desde 1993, quando Christ Hurley foi nomeado para a Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição, não deixa dúvida sobre sua significativa influência.

e sistemas de acesso que multipliquem as perspectivas de uso, ao mesmo tempo em que mantêm o essencial “respeito aos fundos” arquivísticos. Indiscutivelmente, no entanto, a única descrição ao nível de fundo continuou a dominar a imaginação dos arquivistas envolvidos. Mesmo que deixando a base para a separação, as normas fracassaram em articular um quadro conceitual global que daria orientação sobre como as normas se destinavam a trabalhar juntas para formar um sistema de descrição completo. Pode-se discutir ainda que a falta de um quadro conceitual tem impedido o aproveitamento do poder da separação, e como resultado, a comunidade arquivística internacional não aceitou e implementou amplamente sistemas que utilizam de modo pleno as normas do CIA. Das quatro normas, a única largamente adotada é a ISAD(G).

Em 2008, em resposta a essa “peça que faltava”, o CIA tomou a decisão de desenvolver um compêndio das quatro normas existentes. Dois documentos, ambos lançados em julho de 2012, resultaram das deliberações subseqüentes: um capítulo comum sobre as interrelações das quatro normas (International Council on Archives, 2012a), e o *Progress report for revising and harmonising ICA descriptive Standards* (International Council on Archives, 2012b). Após analisar as quatro normas, buscando especialmente sobreposições, inconsistências e modos de reconciliá-las num todo coerente, foi recomendado que um “modelo conceitual” precisaria ser desenvolvido primeiro, e que esse modelo conceitual serviria como referência para revisar as quatro normas, de forma a se constituírem em um conjunto consistente e complementar (International Council on Archives, 2012b, p. 15). Seguindo essa recomendação, o CIA criou o GEDA com a função de desenvolver um modelo conceitual, a ser lançado em 2016.

## CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A descrição de recursos e o acesso a eles baseiam-se em tecnologias de comunicação. Com a emergência de novas mídias e métodos, as comunidades para as quais a descrição é uma atividade fundamental têm procurado explorar as novas tecnologias para reinventar a descrição, de modo a fazê-la mais econômica e aumentar a descoberta, acesso, uso e compreensão, realizando, assim, mais integralmente, seus princípios e objetivos fundamentais. Para Jewett, a tecnologia que tornou possível a reinvenção da catalogação foi a impressão por estereotipia. Ela era mais econômica e flexível e fornecia os meios para reutilização dos dados em múltiplas reformulações. Mais tarde, muitas das ideias de Jewett foram realizadas via fichas e catálogos manuscritos e datilografados (os quais foram depois utilizados, muito além do que Jewett imaginava, para produzir catálogos universais como livros impressos).

Em 1986, dois anos antes do CIA começar suas atividades normalizadoras, duas normas lançadas dominaram a paisagem tecnológica: a *Structured Query Language* (SQL: ANSI X3.135-1986; ISO/IEC 9075) e a *Standard Generalized Markup Language* (SGML: ISO 8879:1986). Das duas, a SQL teve um amplo e imediato impacto sobre o governo, empresas, academia e outros usuários. Com o surgimento da *eXtensible Markup Language* (XML: W3C) em 1998, ambas as normas foram largamente adotadas e, quando não em competição entre si, usadas juntas em várias configurações.

As duas tecnologias, base de dados e marcação, assumem diferentes abordagens na representação dos dados e cada uma delas é bem adequada para usos específicos. Os usuários, portanto, têm necessitado analisar seus dados para verificar suas características, ao mesmo tempo em que, tendo em mente como querem usá-los, decidem qual das duas tecnologias aplicar.

Em geral, bases de dados processam eficientemente informações que possam ser representadas de acordo com os seguintes critérios: número regular de campos; ordem dos campos geralmente não significativa; cada campo restrito aos dados; campos relacionados com uma hierarquia estrita ou menos rígida; e os dados em cada campo são controlados quanto à forma e à estrutura. As informações que se prestam bem a bases de dados podem ser caracterizadas como aqueles dados que se encontram nos formulários que devemos preencher, quando, por exemplo, solicitamos carteiras de motorista. Tecnologias de banco de dados distinguem-se não apenas em separar vários campos de dados, mas também na gestão confiável da interrelação dos campos, permitindo aos usuários trazê-los juntos em várias configurações que atendem a uma ampla variedade de perspectivas e usos. Esta abordagem para a representação de dados é frequentemente referida como “centrada em dados”.

As tecnologias de marcação, por outro lado, foram concebidas para modelar documentos tradicionais (textos de variados tipos, tais como ensaios, cartas, artigos, livros etc.). Em geral, todos esses tipos de objetos de dados compartilham várias das seguintes características: número irregular de componentes (por exemplo, capítulos ou parágrafos), a ordem ou sequência é importante (por exemplo, a ordem dos parágrafos importa); estrutura semirregular ou sem limites; mistura arbitrária dos dados com a marcação; número arbitrário de interrelações dentro e entre documentos. Esta abordagem é comumente chamada de “centrada em documentos”.

Tão poderosas quanto sejam as duas tecnologias, muito, e talvez a maior parte, da informação do mundo real não é bem representada em nenhuma delas. A descrição arquivística, particularmente ao nível único de fundo (sua forma mais disseminada), é adequadamente, mas não perfeitamente, acomodada por tecnologias de base de dados em alguns aspectos e por tecnologias de marcação em outros. A natureza “nem lá nem cá” da tradicional descrição única é refletida pelo fato de que nenhuma das duas tecnologias claramente domina o cenário arquivístico de implementação. Muitos sistemas descritivos usam uma ou outra, ou uma cautelosamente elaborada combinação das duas, com as tecnologias de base de dados usadas para a criação e manutenção da descrição e as tecnologias de marcação para comunicar de uma máquina a outra e de uma máquina aos usuários finais. Os desenvolvimentos tecnológicos dentro e entre as duas tecnologias têm melhorado, se não eliminado a debilidade de cada uma delas, e ajudado a manter a dominação delas no ambiente da representação.

Um ano depois do lançamento do XML, a W3C lançou a *Resource Description Framework* (RDF). A RDF introduziu um modelo de representação muito diferente: as tecnologias gráficas. As tecnologias gráficas introduzem a representação de dados como enunciados, costumeiramente caracterizados como sujeito-predicado-objeto, sendo cada enunciado denominado uma “tripla”. Enquanto XML suporta uma forma específica de gráficos – a hierarquia

(ou árvore) –, as triplas tornam possível ilimitadas representações de redes ou objetos de dados interconectados, bem como objetos do mundo real (representados por dados). Dado que o mundo real no qual vivemos e trabalhamos pode ser compreendido como uma vasta e interrelacionada rede de pessoas e objetos situados no espaço e no tempo, as tecnologias gráficas oferecem novas e mais expressivas formas de representação.

RDF tem sido combinado com normas e métodos relacionados para formalizar e implementar tecnologias semânticas. As tecnologias semânticas propõem criar uma rede de informação interrelacionada semanticamente mais precisa e logicamente estruturada, que pode ser computacionalmente explorada para revelar novo conhecimento, novos padrões, e, assim, um universo de informação que é mais do que a soma de suas partes. As tecnologias semânticas são cada vez mais usadas em várias áreas para compartilhar e interconectar dados que são criados e mantidos em diferentes contextos, e assim superar a separação entre os diferentes sistemas descritivos e as coisas que eles descrevem. Uma iniciativa especialmente importante, a web semântica, grandiosamente vê a world wide web como uma vasta rede semântica de afirmações interligadas sobre o mundo, os objetos do mundo, e as relações específicas dos objetos.<sup>4</sup> Para efetivar essa visão, os produtores de dados são estimulados a tornar os dados disponíveis livremente na internet numa forma legível por máquina conhecida como Linked Open Data (LOD), que pode ser usada em sistemas outros que não aquele no qual os dados são mantidos. Muitas pessoas, com bastante propriedade, duvidam que essa visão seja um dia integralmente realizada, mas as tecnologias semânticas estão cada dia mais demonstrando que grandes, se não grandiosos, objetivos estão ao alcance. Especialmente, as comunidades de patrimônio cultural cada vez mais partilham a visão do, parafraseando Jewett, “catálogo universal do patrimônio cultural”.

As comunidades do patrimônio cultural, que durante longo tempo trabalharam muito isoladas umas das outras, cada uma perseguindo suas próprias práticas descritivas e desenvolvendo sistemas baseados nessas práticas, estão agora cada vez mais usando tecnologias semânticas para explorar diferentes sistemas descritivos interconectantes e realizar o acesso integrado ao patrimônio cultural. A Europeana busca fornecer acesso unificado a recursos digitais de arquivos, bibliotecas e museus da Europa.<sup>5</sup> Com base no modelo de dados (ou ontologia) desenvolvido pela Europeana, a Digital Public Library of America (DPLA) lançou uma iniciativa similar.<sup>6</sup> A Library of Congress está tornando muitos de seus vocabulários controlados disponíveis como LOD, bem como tem um trabalho em curso para expor descrições bibliográficas.<sup>7</sup> O Virtual International Authority File (VIAF) da OCLC (Online Computer Library

---

4 W3C. Semantic Web. *W3C Standards*. Disponível em: <<http://www.w3.org/standards/semanticweb/>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

5 Europeana. About us. *Europeana*. Disponível em: <<http://www.europeana.eu/portal/aboutus.html>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

6 Digital Public Library of America. *Metadata Application Profile*, 2013. Disponível em: <<http://dp.la/info/map/>>.

7 Library of Congress. Linked Data Service. About. Disponível em: <<http://id.loc.gov/about/>>. Acesso em: 1 jul. 2013.



Center) está tornando milhões de catálogos de autoridade em *clusters* disponíveis como LOD.<sup>8</sup> Artigos da Wikipédia sobre pessoas estão sendo sistematicamente ligados a registros VIAF para as mesmas pessoas, e um subconjunto da Wikipédia está também exposto como LOD na dbPedia.<sup>9</sup> O OCLC está também experimentando fazer um subconjunto dos registros do WorldCat disponíveis como LOD.<sup>10</sup> A Bibliothèque nationale de France está usando tecnologias semânticas para fornecer acesso unificado na internet a seus diferentes sistemas curatoriais de descrição (incluindo descrições baseadas em MARC e em EAD) e expõe os dados como LOD.<sup>11</sup> A British Library lançou a British National Bibliography (BNB) como LOD.<sup>12</sup>

Embora a comunidade arquivística esteja participando dessas e de outras iniciativas e projetos, o processo tem sido dificultado (com notáveis exceções) por diferentes fatores: suas práticas descritivas são menos normalizadas que as das outras comunidades, problemas com a complexidade geral de suas práticas descritivas (sendo a hierarquia e as listas ordenadas um desafio particular), e a falta de uma estrutura conceitual clara e abrangente para a descrição arquivística. Com a orientação fornecida pelas normas do CIA, em particular a ISAD(G), a comunidade arquivística tem feito grandes avanços na padronização da prática descritiva. No entanto, ainda há muito a ser feito antes que possa participar integralmente e realizar plenamente as oportunidades que as tecnologias avançadas e emergentes oferecem para fazer a descrição arquivística significativamente mais eficaz na descoberta, uso e compreensão dos recursos arquivísticos, no sentido de melhor servir às comunidades que usam arquivos, e atrair novas comunidades de usuários.

## MODELOS CONCEITUAIS

A modelagem conceitual é uma técnica formal para representar os principais conceitos e as relações entre eles em um dado domínio de conhecimento. Como diferentes métodos de representação de dados surgiram (por exemplo, base de dados, marcação e tecnologias gráficas), foram desenvolvidos métodos específicos para modelagem dos dados a serem representados e explorados nos sistemas. Um método popular de modelagem que surgiu para tecnologias de base de dados é o modelo Entity-relationship (ER) (Entidade-relacionamento). Com a emergência de bases de dados objeto-relacionais, a abordagem ER foi adaptada para refletir métodos de representação orientados a objetos. Com o surgimento das tecnologias semânticas baseadas em gráficos, mais métodos de modelagens e ferramentas foram

---

8 OCLC. OCLC Services. *VIAF*. Disponível em: <<http://www.oclc.org/viaf.en.html>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

9 DBpedia. About. Disponível em: <<http://dbpedia.org/About>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

10 OCLC. OCLC provides downloadable linked data file for the 1 million most widely held works in WorldCat. *OCLC News releases*, 2012. Disponível em: <<https://www.oclc.org/news/releases/2012/201252.en.html>>.

11 Bibliothèque nationale de France. Semantic Web and data model. Disponível em: <<http://data.bnf.fr/semantiqueweb-en>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

12 British Library Metadata Services. Free Data Services. Disponível em: <<http://www.bl.uk/bibliographic/datafree.html>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

desenvolvidos para apoiá-los. O W3C, com base no RDF, desenvolveu a Web Ontology Language (OWL) como um método para “representação do conhecimento” formal de ontologias de domínio específico. Ontologias expressas em formas legíveis por máquinas formais podem ser processadas por *software* de “raciocínio” que não testa apenas a integridade lógica do modelo, mas também utiliza a ontologia para informar o processamento dos dados que são reunidos em conformidade com a ontologia.

De 1992 a 1995, o Study Group on Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) da International Federation of Library Associations (IFLA) desenvolveu um modelo conceitual para a descrição bibliográfica. O Study Group usou técnicas de modelagem conceitual ER para criar o modelo (International Federation of Library Associations, 1998, p. 9). Em 1996, o International Committee for Documentation (CIDOC) do International Council of Museums (ICOM) começou a elaborar um modelo conceitual para a descrição de objetos museológicos.<sup>13</sup> O Conceptual Reference Model (CRM), inicialmente voltado para museus, veio a ser concebido como um modelo de referência que pudesse servir ao desejo mais amplo de tornar possível o acesso integrado ao patrimônio cultural, abrangendo o acesso a arquivo, biblioteca e museu. Nesse sentido, foi formado em 2003 o International Working Group on FRBR/CIDOC CRM Harmonisation. O grupo de trabalho tem-se concentrado na equivalência de conceitos FRBR com conceitos CRM e, quando necessário, no aperfeiçoamento e refinamento dos conceitos de CRM, a fim de facilitar a equivalência, tornando assim o CRM um único modelo semântico global. A extensão do CRM que adapta o modelo entidade-relacionamento da FRBR no CRM orientado a objetos é chamada de FRBRoo, e sua primeira versão foi lançada em 2009.<sup>14</sup>

Os arquivistas e os museólogos envolvidos no desenvolvimento do CRM e da extensão FRBRoo têm expressado interesse em trabalhar com a comunidade arquivística, no sentido de levar em conta a descrição arquivística e tornar possível ao modelo integrar plenamente as comunidades dos arquivos, das bibliotecas e dos museus. Ao mesmo tempo em que muitos da comunidade arquivística gostariam de colaborar nesse esforço, a ausência de um modelo conceitual, que aborde de forma abrangente e com precisão os conceitos do domínio arquivístico (como foi feito com a FRBR para o domínio bibliográfico), tem sido um impedimento. Antes de colaborar, a comunidade arquivística deve desenvolver um modelo conceitual que, em primeiro lugar e antes de tudo, se volte para os princípios e necessidades dos arquivistas. Uma vez que isso seja alcançado, a comunidade estará bem posicionada para se juntar às comunidades profissionais aliadas em uma busca comum com intuito de prover acesso integrado à expressão humana em todas as suas formas.

---

13 International Council of Museums. Who we are. *The CIDOC Conceptual Reference Model*. Última modificação em 18 de janeiro de 2013. Disponível em: <[http://www.cidoc-crm.org/who\\_we\\_are.html](http://www.cidoc-crm.org/who_we_are.html)>.

14 International Council of Museums. FRBRoo Introduction. *The CIDOC Conceptual Reference Model*. Última modificação em 23 de fevereiro de 2009. Disponível em: <[http://www.cidoc-crm.org/frbr\\_inro.html](http://www.cidoc-crm.org/frbr_inro.html)>.

## OS MODELOS CONCEITUAIS DA COMUNIDADE ARQUIVÍSTICA

Enquanto o desenvolvimento de um modelo conceitual internacional arquivístico está sendo iniciado, o trabalho do EGAD será muito facilitado por uma iniciativa de modelagem binacional e duas nacionais. Das três iniciativas, o modelo mais antigo é representado pelos muito próximos *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0* (2008) (AGRkMS) e o *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard Version 1.0* (2008) do Arquivo da Nova Zelândia.<sup>15</sup> Ambas estão baseadas em revisões integrais da australiana *Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies Version 1.0* publicada em 1999.<sup>16</sup> Na Espanha, a Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística (CNEDA) começou a trabalhar em 2007, e publicou o *Modelo Conceptual de Descripción Archivística y Requisitos de Datos Básicos de las Descripciones de Documentos de Archivo, Agentes y Funciones* em 2012.<sup>17</sup> Recentemente, na Finlândia, o Arkistolaitos (Arquivo Nacional) designou um grupo de trabalho para desenvolver um modelo conceitual, e lançou a Draft Version 0.1 (Versão Preliminar 0.1) do *Finnish Conceptual Model for Archival Description*.<sup>18</sup> Convém também mencionar os esforços no Reino Unido para desenvolver uma ontologia (LOCAH)<sup>19</sup> baseada na norma de comunicação Encoded Archival Description (EAD) e o trabalho do sistema ICA-AtoM, patrocinado pelo CIA, que está desenvolvendo uma plataforma com base nas normas de descrição do CIA e possibilita a exposição dos dados como LOD, em conformidade com as ontologias existentes.<sup>20</sup>

A norma AGRkMS está baseada em duas normas ISO, a *Australian Standard on Records Management* (AS ISO 15.489) e a *Metadata for Records* (AS ISO 23.081), e no trabalho do Grupo de Pesquisa SPIRT da Monash University. A norma abrange integralmente um modelo de descrição arquivística “entidade múltipla”, que se distingue da abordagem “entidade singular” para descrição arquivística, o qual representou, e continua a representar, a abordagem mais comum para esse tipo de descrição. A abordagem entidade múltipla separa e interrelaciona

---

15 National Archives of Australia. *Australian Government Recordkeeping Metadata Standard Version 2.0* (2008). Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/records-management/publications/AGRkMS.aspx>>; Archives New Zealand. *Technical Specifications for the Electronic Recordkeeping Metadata Standard Version 1.0* (2008). Disponível em: <[http://archives.govt.nz/sites/default/files/TS\\_4.pdf](http://archives.govt.nz/sites/default/files/TS_4.pdf)>.

16 National Archives of Australia. *Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies Version 1.0* (1999).

17 Ministerio de Educación, Cultura, y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. *Modelo conceptual de descripción archivística y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones* (2012). Disponível em: <<http://www.mcu.es/archivos/MC/CNEDA/Documentos.html>>. Há um resumo em inglês em Ministerio de Educación, Cultura, y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. *Report on the work of CNEDA (2007-2012): toward a conceptual model for archival description in Spain* (July 11, 2012). Disponível em: <[http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/CNEDA/ReportCNE-DA\\_11\\_07\\_2012.pdf](http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/CNEDA/ReportCNE-DA_11_07_2012.pdf)>.

18 Arkistolaitos. *Finnish Conceptual Model for Archival Description Draft version 0.1* (2013).

19 LOCAH Project. Última modificação em 30 de abril de 2012. Disponível em: <<http://archiveshub.ac.uk/locah/>>.

20 ICA AtoM. Entity Types. Última modificação em 12 de outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.ica-atom.org/doc/UM-1.3>>.

as principais entidades que compunham a abordagem “entidade singular”. O modelo identifica cinco entidades: *documento*, *agente*, *função*, *mandato* e *relacionamento*. A entidade relacionamento desempenha o papel de interrelacionar as outras quatro entidades para formar uma descrição completa. Relacionamento é baseado em eventos, o que significa dizer que as relações registram atividades humanas específicas ou eventos. Ainda que os criadores da norma claramente incentivem a separação das entidades, eles descrevem cuidadosamente como a norma pode ser usada em sistemas de “entidade singular”, em que a entidade singular é o documento e as demais entidades são tratadas como atributos do documento, e outros sistemas que apenas parcialmente separam as entidades, tais como documento e agente.

A CNEDA emprega as técnicas de modelagem de dados ER e leva em consideração as quatro normas do CIA bem como o ICA-AtoM e várias normas ISO (inclusive a 15.489 e a 23.081, já citadas), e muitas outras, como a AGRkMS. Igualmente à norma AGRkMS, a CNEDA reconhece que a comunidade arquivística está em transição, “de uma descrição arquivística unidimensional (concentrando-se quase exclusivamente na representação de documentos), para uma outra descrição multidimensional, orientando-se para a criação e manutenção de representações de diferentes tipos de entidades (documentos, agentes, função etc.) e seus inter-relacionamentos”.<sup>21</sup> O modelo identifica quatro entidades que são as mesmas daquelas na AGRkMS: *documentos*, *agente*, *função* e *mandato*. Ela identifica duas entidades adicionais: *conceito*, *objeto ou evento*, e *lugar*.<sup>22</sup> Os relacionamentos não são designados uma entidade, como na AGRkMS, ainda que eles tenham o mesmo papel essencial.

O modelo CNEDA faz uma clara distinção entre três “dimensões” do domínio no qual os arquivistas trabalham. Primeiro, há o “mundo real”, o mundo compartilhado por todos nós, que pode ser conceitualizado e compreendido de múltiplas perspectivas, tanto formais como informais. Segundo, um modelo conceitual do mundo real baseado numa perspectiva específica, a perspectiva arquivística. Esse é o modelo conceitual do mundo que está representado no modelo da CNEDA. Terceiro, existem normas que especificam os requisitos dos dados de sistemas que representam os fenômenos do mundo real baseados no modelo conceitual.<sup>23</sup> Talvez, esses últimos possam ser caracterizados como “diretrizes de implementação”.

A versão preliminar 0.1 do *Finnish Conceptual Model for Archival Description* foi lançada em janeiro de 2013, e está no estágio mais inicial de desenvolvimento. Diferente dos dois outros modelos, ele está sendo elaborado no contexto de acesso integrado ao patrimônio cultural representado pela National Digital Library (a partir daqui, FNDL). A FNDL recomenda para o patrimônio cultural o uso da *Resource Description and Access* (RDA) como um ponto

---

21 Ministerio de Educación, Cultura, y Deporte. Comisión de Normas Españolas de Descripción Archivística. *Report on the work of CNEDA (2007-2012)*, op. cit., p. 7.

22 Ibidem, p. 14.

23 Ibidem, p. 7-9.

de partida.<sup>24</sup> RDA é uma norma de biblioteca baseada na FRBR, e, por extensão, é ligada também a FRBROO e, conseqüentemente, ao CRM. A versão preliminar do modelo finlandês reflete assim a influência da RDA, FRBR, FRBROO e CRM. Ao mesmo tempo, o modelo está consciente das normas do CIA e coloca particular ênfase no princípio da proveniência. Como o AGRkMS e o modelo CNEDA, o modelo finlandês defende a separação e a inter-relação das entidades de descrição fundamentais. Ele reconhece *função, agente, recurso de informação, evento do ciclo de vida, mandato, lugar, evento temporal* e *assunto*. Evento do ciclo de vida é descrito como a função de gestão de documentos. Novamente, há uma sobreposição substancial com a AGRkMS e o modelo CNEDA.

Além dessas normas nacionais, o projeto LOCAH, no Reino Unido, e o ICA-AtoM também desenvolveram modelos. Uma motivação primária para ambos é tornar possível a exibição da descrição na internet como LOD. A empresa Artefactual Systems, desenvolvedora do ICA-AtoM, elaborou um modelo de descrição arquivística baseado nas normas existentes do CIA, mas com equivalências para as ontologias existentes largamente utilizadas, ainda que não especificamente arquivísticas. O modelo do ICA-AtoM exhibe proeminentemente materiais de arquivo (*documentos*), *agentes, entidade custodiadora* e *eventos*. O projeto LOCAH assumiu uma abordagem diferente, concentrando-se na EAD como a base para o modelo. Isso é motivado pelo desejo de exibir a descrição existente representada em grandes agregações de exemplos EAD (por exemplo, ArchivesHub [portal de arquivos]) como LOD. O modelo LOCAH inclui as entidades *documento, agente, evento, tempo, lugar* e *assunto* e é uma abordagem semelhante àquela dos modelos desenvolvidos na comunidade das bibliotecas para exibir os registros de autoridade e de catalogação (por exemplo, o Linked Data Service da Library of Congress e o emergente modelo BIBFRAME).

## **O GRUPO DE ESPECIALISTAS EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DO CIA**

A Comissão de Programa do CIA criou o Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA) no final de 2012. O GEDA está encarregado da harmonização das quatro normas do CIA existentes, ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH, com base em um modelo conceitual formal de descrição arquivística. Os membros do GEDA são provenientes da comunidade profissional internacional e demonstraram expertise em descrição arquivística e normas. Há doze membros titulares e nove membros correspondentes (os membros titulares são obrigados a frequentar as reuniões do GEDA; não os correspondentes). Todos os 21 membros serão responsáveis pelo desenvolvimento do modelo conceitual e documentação relacionada e todos são igualmente encarregados de representar, informar e recolher insumos de suas respectivas comunidades.

O trabalho do GEDA começou no final de 2012 e será terminado em 2016. Durante o desenvolvimento, o GEDA consultará a comunidade internacional arquivística e os organismos profissionais relacionados. À medida que se atinjam os objetivos intermediários do

---

<sup>24</sup> Arkistolaitos. *Finnish Conceptual Model for Archival Description Draft version 0.1*, op. cit., p. 6.

desenvolvimento, o GEDA divulgará versões preliminares do modelo e da documentação e recolherá comentários da comunidade. O GEDA se esforçará em garantir que a norma internacional resultante reflita um consenso de toda a comunidade e que ela possa ser aplicada em todas as culturas, idiomas e sistemas de escrita.

A metodologia para o desenvolvimento do modelo conceitual dedicar-se-á inicialmente à definição do âmbito (ou domínio) do modelo. O modelo deverá, antes de tudo, voltar-se para os princípios e necessidades da comunidade arquivística. Em especial, será fundamentado no permanente princípio da proveniência. Terá como foco a separação e interrelação dos componentes primários da descrição arquivística, a fim de fornecer uma base para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística que sustentarão diferentes perspectivas sobre recursos arquivísticos, incluindo tanto a perspectiva representada por guias e instrumentos de pesquisa tradicionais em nível de fundo, como a perspectiva representada pelo sistema de séries, preconizada por Peter Scott, na Austrália. Os sistemas baseados no modelo fundamentarão múltiplos caminhos de acesso aos recursos arquivísticos, tornando possível, por exemplo, encontrar todos os organismos que exerceram uma função específica, todos os documentos produzidos pelo mesmo organismo, e todos os documentos que registram a mesma função, e cada um desses em relação a tempos e lugares específicos. Nossa compreensão da descrição arquivística evoluiu, assim como as tecnologias de informação necessárias para representá-la e comunicá-la, e é claro que uma norma internacional que se baseie solidamente no princípio da proveniência e, ao mesmo tempo, possibilite diferentes ênfases e abordagens para a descrição dos documentos está ao nosso alcance.

Outras comunidades profissionais se interessarão pelo modelo, particularmente as de bibliotecas, museus e pesquisadores universitários e, de maneira mais geral, a comunidade interdisciplinar interessada em tecnologias semânticas, particularmente quando aplicadas a iniciativas de acesso integrado ao patrimônio cultural, como a Europeia e a DPLA. Assim, o âmbito do modelo levará em consideração os interesses dessas comunidades, bem como os da comunidade arquivística na cooperação com esses outros grupos, numa visão compartilhada e ampla da descrição e do acesso aos recursos culturais.

Além das quatro normas do CIA, a tarefa do GEDA será muito facilitada pelo trabalho substancial que foi feito, ou está em curso, por membros da comunidade arquivística. A AGRkMS e o muito próximo modelo neozelandês, o modelo CNEDA, e o modelo da Finlândia, apenas iniciado, serão particularmente importantes. Embora haja uma substancial sobreposição no cenário conceitual articulado por cada um desses modelos, também existem diferenças substanciais na abordagem e nas próprias conceitualizações. As diferenças podem ser apenas uma questão de terminologia, mas em alguns casos são mais substantivas e requererão boa vontade e flexibilidade. Aproveitando o trabalho já realizado, uma vez que o âmbito do modelo do CIA está definido, a atenção se voltará para a comparação desses três modelos, à procura de um terreno comum, diferenciando conflitos aparentes daqueles substanciais, e conciliando terminologia e entendimentos.

A primeira e talvez a mais desafiadora tarefa será identificar as entidades de maior importância: documentos, agentes, função etc. Subsequentemente, o foco será direcionado para a

identificação dos atributos de cada componente, e sobretudo às relações entre eles que permitem a reunião dos componentes de variadas formas para fundamentar diferentes perspectivas descritivas. A partir desse processo de desenvolvimento, prevê-se que um modelo conceitual que reflita o consenso arquivístico internacional reposicionará a descrição arquivística para mais efetivamente e eficientemente identificar, autenticar e gerenciar os documentos por meio da descrição de seu contexto, conteúdo e estrutura. Além disso, a descrição melhorará a descoberta, a localização e a compreensão dos documentos pelo usuário.

Embora o foco seja inicialmente a visão conceitual arquivística de compreensão do mundo, os modelos conceituais de biblioteca e de museu serão consultados, juntamente com outros modelos conceituais que cheguem à atenção do GEDA ao longo do trabalho. Há uma considerável sobreposição nas práticas descritivas das comunidades afins ligadas ao patrimônio cultural, já que todas têm em comum o foco na atividade humana e nos artefatos (em sentido lato) que são produzidos por esta atividade. Tanto a comunidade de biblioteca quanto a de museu estão muito mais adiantadas no desenvolvimento de modelos conceituais internacionais normalizados, e o GEDA pode se beneficiar muito dessas normas afins. Além disso, essa consulta ajudará a garantir que os arquivistas tenham uma base sólida para colaborar com essas profissões na integração do acesso.

Em 2016, a versão final do modelo conceitual arquivístico será lançada como um documento formal, incluindo texto e diagramas bem como sua representação em OWL. O uso de OWL para representar o modelo tornará possível o uso de ferramentas de desenvolvimento e teste que assegurem que o modelo seja formalmente correto. Também facilitará o seu uso imediato em diversas tecnologias semânticas, realizando equivalências com a FRBRoo e o CRM, e exibindo a descrição de arquivo utilizando técnicas LOD. Versões preliminares da documentação e modelo formal OWL serão lançados para testes e comentários antes da publicação final. Quando a revisão estiver concluída, o modelo será publicado livremente online e será divulgado antes do XVIII Congresso Internacional do Conselho Internacional de Arquivos.

## CONCLUSÃO

Ao menos desde a metade do século XIX, os métodos usados na descrição de recursos progressivamente enfatizaram a separação e inter-relação dos principais componentes da descrição, a fim de permitir a produção de modos conhecidos e comprovados de acesso e, ao mesmo tempo, novas formas e perspectivas sobre recursos descritos. A emergência contínua de novas tecnologias de comunicação tem proporcionado a base para esse recorrente reavaliamento da descrição de recursos. As duas motivações interdependentes para a separação permaneceram as mesmas: *aperfeiçoar a economia e a acurácia da descrição e melhorar o acesso e a compreensão dos recursos descritos.*

O surgimento do sistema de séries na Austrália, na década de 1960, o bem mais tardio desenvolvimento das quatro normas do CIA e os modelos descritivos que surgiram na Austrália, Espanha e Finlândia refletem esta tendência na comunidade arquivística. A dramáti-

ca emergência das redes de computadores e das tecnologias de representação baseadas em computadores nas últimas duas décadas do século XX, e que continua no século XXI, transformou e está transformando a comunicação. Esses avanços apresentam novas oportunidades para revisar (e modelizar) a descrição arquivística e também para reduzir o desafio tecnológico de realizar as oportunidades. As quatro normas do CIA foram sucessivamente desenvolvidas em paralelo com as tecnologias emergentes, embora elas tenham apenas escassamente refletido as possibilidades oferecidas por essas tecnologias. As normas do CIA, em particular a ISAD (G), têm ajudado a promover e assegurar a coerência na prática descritiva, e com isso facilitado o desenvolvimento de muitas colaborações significativas multi-institucionais. Apesar do impacto significativo das normas, elas não conseguiram fornecer uma orientação adequada para o desenvolvimento da próxima geração de sistemas de descrição arquivística.

Por diversas razões, vive-se agora um tempo excelente para especialistas da área de arquivos de todo o mundo considerarem cuidadosamente todas as normas de descrição do CIA, bem como o trabalho excepcional de modelização, completo ou em curso, na comunidade arquivística e nas comunidades profissionais afins. Todas as iniciativas em curso, no seio da comunidade arquivística, para o desenvolvimento de modelos conceituais, em nível nacional ou no âmbito de projetos específicos, demonstram que a profissão continua a explorar os seus princípios e a reinventar suas práticas já que as novas tecnologias de comunicação oferecem oportunidades sem precedentes para atender de forma mais eficaz a missão arquivística. Iniciativas locais e nacionais destacam a necessidade de um modelo conceitual internacional normalizado de descrição arquivística. Com base em uma revisão das normas do CIA e no trabalho de modelagem na área profissional arquivística e nas afins, o GEDA irá desenvolver um modelo que atenda aos princípios profissionais e aos objetivos da comunidade arquivística internacional, fornecendo orientação para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística e uma sólida fundamentação intelectual e tecnológica para colaborações dentro e fora da comunidade.

**Tradução de Maria Elisa Bustamente e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Revisão técnica de Sílvia Ninita de Moura Estevão, Claudia Carvalho Masset Lacombe Rocha e Elisabete Gonçalves Souza.**

## Referências bibliográficas

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards. *Statement of Principles Regarding Archival Description*. 1988.

\_\_\_\_\_. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards. *ISAD(G): General International Standard Archival Description*. 1994a.



\_\_\_\_\_. Committee on Descriptive Standards (CDS). *ISAAR (CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*. 1994b.

\_\_\_\_\_. Committee on Best Practices and Standards. *Relationship in Archival Descriptive Systems*. 2012a. Disponível em: <<http://www.ica.org/13149/standards/cbps-relationship-in-archival-descriptive-systems.html>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Committee on Best Practices and Standards. *Progress Report for Revising and Harmonizing ICA Descriptive Standards*. 2012b. Disponível em: <<http://www.ica.org/13155/standards/cbps-progress-report-for-revising-and-harmonising-ica-descriptive-standards.html>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. Institutions Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report*. IFLA, 1998.

JEWETT, Charles C. *On the Construction of Catalogues of Libraries and Their Publication by Means of Separate, Stereotyped Titles*. Washington: Smithsonian Institution, 1853.

SCOTT, Peter. The Record Group Concept: A Case for Abandonment. *American Archivist*, n. 29, p. 493-504, Oct. 1966.

---

Recebido em 17/7/2013

Aprovado em 12/8/2013